

Estudo Técnico Preliminar

1. Informações Básicas

Número do processo: 1618/2025

Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SUBCOMANDO	ANTÔNIO CARLOS DA SILVA TAVARES
SETOR DE TRANSPORTE	JOSIAS PERDIGÃO SERRÃO

2. Descrição da necessidade da Contratação (Lei 14.133/2021, Art. 18, § 1º, I)

Objeto: Aquisição de viaturas adaptadas para uso policial, visando à renovação e ampliação parcial da frota operacional da Guarda Municipal de Belém – GMB, em atendimento às ações de prevenção à violência e à criminalidade, no âmbito da execução da Emenda Parlamentar nº 43450001/2025, de autoria do Deputado Federal Delegado Caveira.

A Guarda Municipal de Belém exerce atividades de caráter preventivo e ostensivo em todo o território do Município de Belém, atuando de forma permanente nos 78 bairros, por meio de patrulhamento motorizado, rondas comunitárias e escolares, policiamento em prédios públicos municipais, áreas ambientais, praças, eventos institucionais e apoio a operações integradas com órgãos de segurança pública estaduais e federais.

As ações da GMB são realizadas de forma contínua, com viaturas operando em regime diário e ininterrupto, circunstância que impõe elevado desgaste à frota atualmente disponível. Parte significativa dos veículos em uso apresenta tempo prolongado de utilização, elevado índice de manutenção corretiva e limitações operacionais que comprometem a eficiência do serviço prestado, a segurança dos agentes e a adequada resposta às demandas da população.

A aquisição das viaturas ora pretendidas mostra-se necessária para mitigar o déficit operacional existente, ainda que de forma parcial, proporcionando melhores condições de mobilidade, redução do tempo de resposta, maior presença ostensiva e incremento da capacidade de atuação preventiva da Guarda Municipal. Veículos adequadamente adaptados ao uso policial contribuem, ainda, para a preservação da integridade física dos agentes e para a execução segura do transporte de pessoas custodiadas, quando necessário.

A contratação está diretamente vinculada à execução da Emenda Parlamentar nº 43450001/2025, cujo objeto consiste no fortalecimento das ações de prevenção à violência e à criminalidade. No plano de trabalho aprovado, encontra-se prevista a aquisição de três viaturas policiais, as quais se destinam especificamente ao reforço do patrulhamento preventivo e ostensivo, com ênfase nas ações desenvolvidas no ambiente escolar e em áreas de maior vulnerabilidade social.

Ressalta-se que a presente contratação não tem por finalidade suprir integralmente a necessidade de renovação da frota da GMB, mas sim promover a ampliação e a modernização parcial do parque veicular, de forma planejada e compatível com os recursos disponíveis, contribuindo para a continuidade e a melhoria dos serviços de segurança pública municipal.

Dessa forma, a aquisição das viaturas mostra-se necessária, adequada e proporcional às necessidades institucionais identificadas, encontrando-se devidamente justificada sob os aspectos operacional, funcional e de interesse público.

3. Demonstração da Previsão da Contratação no Plano de Contratações Anual e Alinhamento com o Planejamento da Administração (Lei nº 14.133/2021, art. 18, §1º, inciso II)

3.1 Previsão da Contratação no Plano de Contratações Anual (PCA)

A contratação pretendida encontra-se prevista no Plano de Contratações Anual – PCA do exercício de 2026, elaborado em conformidade com o disposto no art. 12 da Lei nº 14.133/2021 e regulamentado, no âmbito municipal, pelo Decreto nº 108.649/PMB, de 13 de novembro de 2023. Ressalta-se que a presente demanda possui fonte de recursos vinculada à Emenda Parlamentar nº 43450001/2025, devidamente aprovada em plano de trabalho específico, circunstância que reforça a necessidade de sua compatibilização com o planejamento anual de contratações da Administração. Ainda que parte das aquisições da instituição seja viabilizada por diferentes fontes de financiamento, o objeto ora analisado está formalmente registrado no PCA, atendendo ao requisito legal de planejamento prévio.

A previsão no PCA assegura a racionalização das contratações, a adequada alocação dos recursos orçamentários e o alinhamento entre as necessidades institucionais e as diretrizes de gestão, em observância aos princípios do planejamento, da eficiência e da transparência.

Nº ITEM	Descrição	Quantidade estimada
01	AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO UTILITÁRIO ESPORTIVO (SUV), adaptada para uso policial com cela	02
02	AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO SEDAN, adaptada para uso policial sem cela.	01

3.2 Alinhamento com o Planejamento da Administração

A contratação proposta está alinhada ao Planejamento Estratégico da Administração Municipal, em especial às diretrizes voltadas à modernização da infraestrutura operacional e ao fortalecimento das ações de segurança pública de caráter preventivo e ostensivo.

De forma específica, o objeto contribui para o alcance da estratégia institucional de promover a eficiência da atuação operacional, por meio da modernização e ampliação parcial da frota de veículos utilizados pela Guarda Municipal de Belém, favorecendo a melhoria dos processos de patrulhamento, a redução do tempo de resposta às ocorrências e o aumento da presença institucional em áreas de maior vulnerabilidade.

Adicionalmente, a aquisição das viaturas guarda aderência com as políticas públicas de prevenção à violência e à criminalidade, especialmente aquelas voltadas ao ambiente escolar e aos espaços públicos sob responsabilidade do Município, em consonância com os objetivos estabelecidos no plano de trabalho da emenda parlamentar que lastreia a contratação.

Dessa forma, resta demonstrado que a contratação encontra respaldo no planejamento da Administração, não se tratando de demanda pontual ou desconectada das estratégias institucionais, mas de ação planejada, justificada e compatível com os instrumentos formais de gestão.

4. Descrição dos Requisitos da Contratação (Lei nº 14.133/2021, art. 18, §1º, inciso III)

A equipe de planejamento da contratação, após análise da necessidade apresentada e das condições de mercado, definiu os requisitos necessários ao atendimento do interesse público, observando os princípios da legalidade, da isonomia, da competitividade, da eficiência e da economicidade.

Trata-se de aquisição de bens de natureza comum, não continuada, destinados ao aparelhamento operacional da Guarda Municipal de Belém, razão pela qual a solução deverá observar especificações técnicas objetivas, compatíveis com padrões amplamente praticados no mercado e suficientes para garantir o adequado desempenho funcional das viaturas.

4.1 Modalidade e Forma de Contratação

Considerando a natureza comum do objeto, a padronização das especificações e a possibilidade de julgamento objetivo das propostas, a contratação deverá ser realizada por meio de Pregão, na forma

eletrônica, nos termos do art. 28, inciso I, e art. 6º, inciso XLI, da Lei nº 14.133/2021, bem como em observância à regulamentação vigente no âmbito da Administração.

A opção pela aquisição, em detrimento da locação, decorre da necessidade de atendimento à execução da Emenda Parlamentar nº 43450001/2025, cujo plano de trabalho aprovado prevê expressamente a incorporação patrimonial dos bens, além de se mostrar mais vantajosa sob o aspecto do custo global ao longo da vida útil dos veículos.

4.2 Requisitos Técnicos e de Qualidade

Os veículos a serem fornecidos deverão ser novos, zero quilômetro, fabricados no país ou no âmbito do Mercosul, e atender integralmente às especificações técnicas mínimas que constarão do Termo de Referência, incluindo adaptações necessárias ao uso policial, equipamentos de sinalização acústica e visual, grafismo institucional e, quando aplicável, compartimento de cela.

Os bens deverão ser entregues em perfeitas condições de uso, acompanhados de nota fiscal, na qual constarão, no mínimo, as informações relativas à marca, fabricante, modelo, procedência, ano/modelo e prazo de garantia, bem como a identificação da fonte de recursos vinculada à emenda parlamentar, quando exigível.

Não será admitida a indicação de marcas ou modelos específicos, nos termos do art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, sendo assegurada ampla competitividade entre os fornecedores, desde que atendidas integralmente as especificações técnicas e condições estabelecidas.

4.3 Sustentabilidade e Requisitos Ambientais

A contratação observará critérios de sustentabilidade ambiental compatíveis com o objeto, em consonância com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e a legislação ambiental vigente.

Os veículos deverão atender aos limites máximos de emissão de poluentes e de ruídos estabelecidos pelo Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE e pelas Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA aplicáveis, bem como às normas do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO.

Deverão ser utilizados materiais que não contenham substâncias perigosas em concentrações superiores às recomendadas pela Diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio, chumbo, cromo hexavalente, cádmio, bifenilpolibromados e éteres difenil-polibromados.

As embalagens, resíduos e eventuais materiais substituídos deverão ter destinação ambientalmente adequada, observando-se, quando aplicável, os procedimentos de logística reversa previstos na Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos).

4.4 Amostras, Subcontratação e Garantia da Contratação

Não será exigida a apresentação de amostras físicas. Os licitantes deverão apresentar, quando solicitado, catálogos, manuais ou documentos técnicos idôneos, em língua portuguesa, que comprovem o atendimento às especificações do objeto.

É vedada a subcontratação total ou da parcela principal do objeto, admitindo-se apenas subcontratações acessórias, quando estritamente necessárias e previamente autorizadas, desde que não comprometam a execução contratual.

Não será exigida garantia da contratação, nos termos dos arts. 96 a 99 da Lei nº 14.133/2021, considerando a natureza do objeto, o perfil do mercado fornecedor e a forma de pagamento, sem prejuízo das garantias legais e contratuais aplicáveis.

4.5 Condições de Entrega, Garantia e Assistência Técnica

O prazo de entrega dos bens será de até 60 (sessenta) dias, contados da data de recebimento da nota de empenho, em remessa única, salvo justificativa devidamente aceita pela Administração.

Os veículos deverão ser entregues na sede da Guarda Municipal de Belém, no endereço indicado no Termo de Referência, devidamente licenciados e emplacados, com todas as despesas de transporte, deslocamento e primeiro licenciamento sob responsabilidade do contratado.

O prazo de garantia dos veículos será o oferecido pelo fabricante ou, no mínimo, de 3 (três) anos, prevalecendo o que for mais vantajoso para a Administração, nos termos do Código de Defesa do Consumidor.

A assistência técnica deverá ser prestada no Município de Belém ou em sua região metropolitana, assegurando-se a manutenção corretiva e a substituição de peças defeituosas sem ônus adicional para a Administração, durante o período de garantia.

5. Estimativa das Quantidades a Serem Contratadas (Lei nº 14.133/2021, art. 18, §1º, inciso IV)

A estimativa das quantidades a serem contratadas foi definida a partir de levantamento realizado pelo setor responsável pela gestão da frota da Guarda Municipal de Belém, considerando o estado de conservação dos veículos atualmente em operação, a intensidade de uso, o histórico de manutenções corretivas e as limitações orçamentárias existentes.

A frota operacional da Guarda Municipal é composta por veículos utilizados de forma contínua e em regime intensivo, circunstância que contribui para o desgaste acelerado dos bens e para o aumento da indisponibilidade decorrente de panes mecânicas. Parte significativa desses veículos apresenta tempo prolongado de utilização, superior a seis anos, com recorrentes necessidades de manutenção, o que impacta negativamente a eficiência do patrulhamento e a capacidade de resposta às ocorrências.

Nesse contexto, a quantidade estimada para a presente contratação corresponde a 03 (três) viaturas policiais, distribuídas conforme segue:



- 02 (duas) viaturas do tipo utilitário esportivo (SUV), adaptadas para uso policial, com compartimento de cela;
- 01 (uma) viatura do tipo sedan, adaptada para uso policial, sem compartimento de cela.

O quantitativo definido guarda estrita aderência ao plano de trabalho aprovado no âmbito da Emenda Parlamentar nº 43450001/2025, não se destinando a suprir integralmente a necessidade de renovação da frota da instituição, mas sim a mitigar, de forma parcial e planejada, o déficit operacional existente.

A opção por um quantitativo reduzido decorre, ainda, da necessidade de compatibilização entre a demanda institucional e os recursos financeiros disponíveis, bem como da estratégia de utilização racional das viaturas, por meio de revezamento operacional e programação de manutenções preventivas, de modo a maximizar a disponibilidade da frota.

Dessa forma, a estimativa apresentada mostra-se adequada, proporcional e justificada, atendendo aos princípios da razoabilidade e do planejamento, sem gerar excesso de aquisição ou comprometimento desnecessário de recursos públicos.

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	QUANT.
------	--------------------------	--------

01	 <p>Veículo tipo utilitário esportivo (SUV) compacto, flex, viatura policial, com cela tipo 3. grafismo, sinalizador acústico e visual.</p> <p>Descrição completa no item 8 deste ETP</p>	02
02	 <p>Veículo tipo SEDAN, flex, viatura policial, grafismo, sinalizador acústico e visual, sem sela</p> <p>Descrição completa no item 8 deste ETP</p>	01

VEÍCULO TIPO UTILITÁRIO ESPORTIVO (SUV) COMPACTO, FLEX, VIATURA POLICIAL, COM CELA TIPO 3, GRAFISMO, SINALIZADOR ACÚSTICO E VISUAL, com as seguintes especificações mínimas:

- Fabricação nacional ou Mercosul;
- Veículo novo, “zero quilômetro”;
- Cor BRANCA
- Ano/modelo da licitação;
- Capacidade para transportar 05 (cinco) pessoas, incluindo o motorista; -04 (quatro) portas laterais e uma tampa traseira;
- Cilindrada mínima do motor: 1.0 Turbo;
- Potência mínima de 120 cv;
- Combustível: Etanol / Gasolina;
- Torque mínimo 16,0 Kgfm;
- Câmbio manual com no mínimo 05 (cinco) marchas ou mais, sincronizadas à frente e 01(uma) à ré ou automático;
- Carroceria em aço montada e fixada sobre chassi original de fábrica;
- Faróis de neblina;
- Tanque de combustível com capacidade mínima de 45 (quarenta e cinco) litros;
- Rodas de aço aro mínimo 16;

- Altura livre de solo mínima de 180 mm;
- Entre-eixos mínimo 2500 mm;
- Ângulos mínimos de entrada e saída de 20 e 23 graus respectivamente;
- Direção elétrica ou hidráulica original de fábrica;
- Coluna de direção com regulagem de altura;
- Air bag frontal duplo (motorista e passageiro);
- Freio ABS; Luz elevada de freio (Brake-light);
- Ar condicionado de fábrica integrado frio/quente;
- Limpador de para-brisas dianteiro com temporizador e lavador elétrico; -Trava elétrica das portas;
- Vidros com acionamento elétrico nas 4 portas;
- Espelhos retrovisores externos com comandos manuais ou elétricos;
- Alarme antifurto;
- Desembaçador do vidro traseiro;
- Cintos de segurança dianteiros e traseiros laterais de três pontos;
- Bancos dianteiros individuais com regulagem de distância e inclinação do encosto do banco com apoio para cabeça ajustável em altura, integrado ou acoplado ao banco;
- Rádio AM e FM com função MP3 e entrada USB; Jogo de tapetes de borracha;
- Capas removíveis adicionais de revestimento dos bancos em couro sintético lavável (napa ou similar) na cor preta;
- Veículos equipados com todos os itens de série não especificados;
- Os veículos devem estar em conformidade com as normas estabelecidas pelo Programa de Controle de Poluição de Ar por Veículos Automotores - PROCONVE;
- Atender aos preceitos regulamentares dos órgãos oficiais de trânsito, nos aspectos relacionados à iluminação, sinalização e segurança (Código Brasileiro de Trânsito, seu Regulamento e Resoluções); Quilometragem livre, em perfeitas condições de uso e de segurança;
- Sinalizador Acústico e Visual;
- Compartimento de cela;
- Grafismo: Adesivado;

REVESTIMENTO SOBRE TODO O PISO (ASSOALHO), resistente com costura dupla, impermeável e lavável, na cor cinza escuro, em material sintético (PVC), preso com velcro no carpete, instalado por baixo das borrachas que envolve o assoalho, cobrindo toda parte da forração original. Velcros costurados e colados na parte superior do revestimento para fixar os tapetes de borracha, possibilitando possível realizar a manutenção com facilidade.

SINALIZADOR ACÚSTICO E VISUAL

1. SINALIZADOR VISUAL PRINCIPAL

1.1 Sinalizador visual constituído por barra sinalizadora em formato de arco ou similar, com módulo único e lente inteiriça, comprimento mínimo de 1.000 mm e máximo de 1.300 mm, largura mínima de 250 mm e máxima de 500 mm, altura mínima de 70 mm e máxima de 150 mm.

1.2 Barra dotada de base em ABS, reforçada com perfil de alumínio extrudado e cúpula injetada em policarbonato na cor rubi, resistente a impactos, descoloração e com tratamento UV.

1.3 Sistema luminoso composto por módulos com no mínimo 4 LED's próprios para iluminação, com potência não inferior 1W cada LED, na cor rubi.

1.4 Dotado de lente colimadora difusora em plástico de engenharia com resistência automotiva e alta visibilidade.

1.5 Conjunto composto por no mínimo 14 módulos distribuídos equitativamente por toda a extensão da barra, de forma a permitir visualização em ângulo de 360 graus, sem pontos cegos de luminosidade, desde que o designe do veículo permita.

1.6 Cada LED deverá obedecer à seguinte especificação:

1.6.1 Cor predominante: vermelho, com comprimento de onda de 618 a 628 nm;

1.6.2 Categoria: AlInGaP;

1.6.3 Intensidade luminosa: não inferior a 55 lm (lumens);

1.6.4 Ângulo de emissão de luz: não inferior a 130°;

2. SINALIZADOR ACÚSTICO

2.1 Sirene eletrônica para veículos especiais com potência de 100 watts e pressão sonora de 115 dB; frequência de 300 a 3000 Hz; 6 sons de sirene, sendo 4 contínuos (Wail, Yelp, Hi-Yelp, Hi-lo) e 2 intermitentes (Manual, Horn); entrada auxiliar para rádio transceptor;

3. MÓDULO CONTROLADOR

3.1 O sistema deverá permitir o acionamento da sinalização mesmo com o veículo desligado e possuir gerenciamento de carga automático, desligando automaticamente o sistema de sinalização audiovisual, se necessário, evitando assim a descarga total da bateria e possíveis falhas no acionamento do motor do veículo.

3.2 Os comandos de toda a sinalização visual e acústica deverão estar localizados no painel do veículo, na cabine do motorista, permitindo sua operação por ambos os ocupantes da cabine.

3.3 O módulo deve possuir no máximo 22 (vinte e dois), e no mínimo 10 (dez) botões para acionamento das funções descritas, com teclado de alta resistência mecânica e sistema de visualização noturna com LED's posicionados sob os botões do equipamento. Deverá possuir luz de fundo na cor branca para função desativada e na cor vermelha para função ativada.

3.4 A intensidade das luzes deverá ser adequada às operações diurnas e noturnas.

3.5 O controlador deverá possuir no mínimo as seguintes funções:

3.5.1 Controle para três padrões de sinalização visual;

3.5.2 Controle para três tipos de sinalização para deslocamento de trânsito (esquerda, direita e centro);

3.5.3 Acionamento sequencial dos padrões de sirene contínuos através de um único botão;

3.5.4 Acionamento individual momentâneo dos padrões de sirene intermitentes (Manual, Horn);

3.5.5 Função "emergência" para acionamento simultâneo da sinalização visual e acústica através de uma única tecla;

3.5.6 Duas saídas digitais 12V para ligação de equipamentos auxiliares com acionamento através de botões dedicados;

3.5.7 Possibilidade de desligamento de todas as funções de sinalização visual e acústica através de uma única tecla.

3.6 Todas as teclas devem possuir "feedback" tátil para facilitar a operação, além de serem identificadas através de gravação em "silkscreen", com tinta na cor preta adequada para adesão em silicone, e resistente à utilização policial.

3.7 O circuito eletrônico deverá gerenciar a corrente elétrica aplicada nos LEDs, através de PWM (pulse width modulator), a fim de garantir a vida útil dos LEDs e a eficiência luminosa do sinalizador, mesmo que o veículo esteja desligado ou em baixa rotação.

3.8 O sistema deverá ser imune a EMI (electric magnetic interference) e RFI (radio frequency interference) ou qualquer outra forma de sinal que interfira na recepção dos transceptores.

3.9 O consumo máximo com todo o sistema luminoso acionado, não poderá exceder 7 A/h, na condição de alimentação nominal.

3.10 O consumo em stand by do sistema deverá ser inferior a 1 mA.

3.11 O sistema deverá possuir proteções contra inversão de polaridade, altas variações de tensão e transientes.

COMPARTIMENTO DE CELA

CELA TIPO 3: SUV

1. Compartimento para transporte de detidos adaptado ao compartimento de bagagem, dotado de: iluminação natural, devendo preservar os vidros originais do veículo, protegendo-os internamente com grades em estrutura metálicas e revestimento em chapa de aço perfurada de no mínimo 1,2 mm de espessura, protegendo os vidros LD/LE e Vidro Vigia Originais, divisória do piso ao teto, confeccionada em estrutura metálica, com revestimento na parte inferior em chapa de aço com no mínimo 1,2 mm de espessura e na parte superior em chapa de aço perfurada, estruturada por tubos quadrados com no mínimo 20 mm de lado e 1,2 mm de espessura, resistente a água e impactos (separação do banco traseiro com o bagageiro), revestimento do assoalho e das laterais do compartimento em ABS (plástico Acrilonitrila Butadieno Estireno), a fim de permitir a lavagem e o escoamento de líquido para fora do veículo, através de dois drenos nas extremidades traseiras do compartimento, qualquer acesso que possa existir pelo compartimento de detidos ao sistema de fecho/trinco da porta traseira deve ser devidamente bloqueado e caso existam ferramentas ou acessórios localizados na mala, estes deverão ser reposicionados fora dela. Obs.: Caso o estepe originalmente venha alojado dentro do compartimento do porta-malas, deverá ser analisado de acordo com as características do veículo, se o mesmo deverá ser reposicionado na divisória, com acesso pelas portas laterais traseiras ou se o revestimento do piso deverá ser basculante.
2. O compartimento de detidos deverá ser confeccionado com material de alta resistência mecânica e montado com acabamento entre as chapas de aço, policarbonato, fibras e demais materiais, de forma a não permitir pontas que possam vir a ferir os detidos;
3. A característica do compartimento de detidos deverá atender a legislação específica que versa sobre o assunto.
4. Pintura externa da capota do compartimento de acordo com os padrões da indústria automotiva na cor do veículo original de fábrica;
5. Os veículos deverão possuir sistema de trancamento da tampa traseira individualizado por meio de chave ou acionamento mecânico de forma que permita maior segurança para o compartimento de presos.
6. Deverão ser fornecidos 02 (dois) cadeados novos, cada cadeado com duas chaves, medindo no mínimo 50mm, com haste curta e fabricado em aço.

GRAFISMO E CONJUNTO DE ADESIVOS

1. GRAFISMO PARA VEÍCULOS

- 1.1 Viaturas serão adesivadas em vinil com o brasão da Guarda Municipal de Belém e nas cores azul marinho e amarelo ouro,
- 1.2 A inscrição **“GUARDA MUNICIPAL”** das portas laterais deverá ser adesivada em vinil refletivo branco.
- 1.3 Viaturas serão adesivadas em vinil com o **BRASÃO DA GUARDA MUNICIPAL DE BELÉM** nas cores azul marinho e amarelo ouro no capô e portas laterais e na traseira lado esquerdo;
- 1.4 no lado esquerdo **o símbolo do telefone com o número 153** e o layout **da Prefeitura Municipal de Belém;**
- 1.5 Os números das viaturas serão colocados no teto e lateral e vidro traseiro que serão fornecidos no ato da contratação;
- 1.6 Na parte dianteira(capô) e traseira (porta malas) terá uma **FAIXA QUADRICULADA** (Símbolo de Policiamento);
- 1.7 Eventuais dúvidas no posicionamento da adesivação das viaturas poderão ser sanadas no ato contratual na aplicação da plotagem.
- 1.8 Pequenos ajustes poderão ocorrer na adesivação das viaturas, à critério da CONTRATANTE.

2 INSTALAÇÃO DE PELÍCULA de segurança (transparente/incolor) com controle solar, em todos os vidros do veículo, inclusive no pára-brisas. Instalação de películas fume nos vidros laterais e no vidro traseiro (vigia), conforme legislação. A película deve rejeitar 90% (noventa por cento) ou mais da radiação UV e observar a graduação máxima permitida pela Resolução 254/2007-CONTRAN. A aplicação de tais películas, proporcionado aos ocupantes do veículo proteção da

radiação UV.

Disposições Gerais e Documentações:

1. Declaração de que o valor do frete estará incluso no valor do veículo;
2. As despesas com transportes, primeiro licenciamento junto ao **DETRAN/PA**, deslocamentos e entrega do veículo ficará por conta da empresa vencedora do certame licitatório;
3. Os veículos deverão ser entregues devidamente licenciados e emplacados na UF que o veículo será entregue, sendo obrigatório o primeiro emplacamento no Estado do Pará dos veículos a serem adquiridos.
4. **Cada veículo deverá vir acompanhado de 01 (um) manual e 01 (um) catálogo de peças.**
5. Todos os veículos deste item deverão ser entregues de acordo com o especificado neste Termo de Referência, ficando a empresa vencedora responsável por qualquer ônus ocasionado por falha na instalação dos mesmos.

VEÍCULO TIPO SEDAN, FLEX, VIATURA POLICIAL, GRAFISMO, SINALIZADOR ACÚSTICO E VISUAL, SEM CELA Com as seguintes especificações mínimas:

- Fabricação nacional ou Mercosul;
- Veículo novo, "zero quilômetro";
- Cor BRANCA
- Ano/modelo da licitação;
- Capacidade para transportar 05 (cinco) pessoas, incluindo o motorista; -04 (quatro) portas laterais;
- Cilindrada mínima do motor: 1.3;
- Motor Potência mínima de 97 cv e máxima 230 cv;
- Torque: mínimo 13 kgfm (gasolina ou etanol);
- Sistema de alimentação: Injeção eletrônica;
- Sistema de ignição: eletrônica.
- Combustível: FLEX (gasolina, etanol);
- Porta Malas Com capacidade volumétrica não inferior a 400 litros.
- Sistema de Câmbio: 5 (cinco) marchas à frente e uma à ré ou automático;
- Sistema de freio Hidráulico, dianteiro a disco ventilado e traseiro a disco ou tambor;
- Equipado com ABS. Suspensão Conforme linha de produção Direção Elétrica progressiva.
- Rodas e Pneus Conforme linha de produção, no mínimo aro 15
- Ar condicionado de fábrica integrado frio/quente;
- Limpador de para-brisas dianteiro com temporizador e lavador elétrico; -Trava elétrica das portas;
- Vidros com acionamento elétrico nas 4 portas;
- Espelhos retrovisores externos com comandos manuais ou elétricos;
- Alarme antifurto;
- Desembaçador do vidro traseiro;
- Cintos de segurança dianteiros e traseiros laterais de três pontos e central de dois pontos;
- Bancos dianteiros individuais com regulagem de distância e inclinação do encosto do banco com apoio para cabeça ajustável em altura, integrado ou acoplado ao banco;
- Rádio AM e FM com função MP3 e entrada USB; Jogo de tapetes de borracha;
- Capas removíveis adicionais de revestimento dos bancos em couro sintético lavável (napa ou similar) na cor preta;
- Veículos equipados com todos os itens de série não especificados;
- Os veículos devem estar em conformidade com as normas estabelecidas pelo Programa de Controle de Poluição de Ar por Veículos Automotores - PROCONVE;
- Atender aos preceitos regulamentares dos órgãos oficiais de trânsito, nos aspectos relacionados à iluminação, sinalização e segurança (Código Brasileiro de Trânsito, seu Regulamento e Resoluções); Quilometragem livre, em perfeitas condições de uso e de segurança;
- Sinalizador Acústico e Visual;
- Grafismo: Adesivado;

REVESTIMENTO SOBRE TODO O PISO (ASSOALHO), resistente com costura dupla, impermeável e lavável, na cor cinza escuro, em material sintético (PVC), preso com velcro no

carpete, instalado por baixo das borrachas que envolve o assoalho, cobrindo toda parte da forração original. Velcros costurados e colados na parte superior do revestimento para fixar os tapetes de borracha, possibilitando possível realizar a manutenção com facilidade.

SINALIZADOR ACÚSTICO E VISUAL

1. SINALIZADOR VISUAL PRINCIPAL

1.1 Sinalizador visual constituído por barra sinalizadora em formato de arco ou similar, com módulo único e lente inteiriça, comprimento mínimo de 1.000 mm e máximo de 1.300 mm, largura mínima de 250 mm e máxima de 500 mm, altura mínima de 70 mm e máxima de 150 mm.

1.2 Barra dotada de base em ABS, reforçada com perfil de alumínio extrudado e cúpula injetada em policarbonato na cor rubi, resistente a impactos, descoloração e com tratamento UV.

1.3 Sistema luminoso composto por módulos com no mínimo 4 LED's próprios para iluminação, com potência não inferior 1W cada LED, na cor rubi.

1.4 Dotado de lente colimadora difusora em plástico de engenharia com resistência automotiva e alta visibilidade.

1.5 Conjunto composto por no mínimo 14 módulos distribuídos equitativamente por toda a extensão da barra, de forma a permitir visualização em ângulo de 360 graus, sem pontos cegos de luminosidade, desde que o designe do veículo permita.

1.6 Cada LED deverá obedecer à seguinte especificação:

- 1.6.1 Cor predominante: vermelho, com comprimento de onda de 618 a 628 nm;
- 1.6.2 Categoria: AlInGaP;
- 1.6.3 Intensidade luminosa: não inferior a 55 lm (lumens);
- 1.6.4 Ângulo de emissão de luz: não inferior a 130°;

2. SINALIZADOR ACÚSTICO

2.1 Sirene eletrônica para veículos especiais com potência de 100 watts e pressão sonora de 115 dB; frequência de 300 a 3000 Hz; 6 sons de sirene, sendo 4 contínuos (Wail, Yelp, Hi-Yelp, Hi-lo) e 2 intermitentes (Manual, Horn); entrada auxiliar para rádio transceptor;

3. MÓDULO CONTROLADOR

3.1 O sistema deverá permitir o acionamento da sinalização mesmo com o veículo desligado e possuir gerenciamento de carga automático, desligando automaticamente o sistema de sinalização audiovisual, se necessário, evitando assim a descarga total da bateria e possíveis falhas no acionamento do motor do veículo.

3.2 Os comandos de toda a sinalização visual e acústica deverão estar localizados no painel do veículo, na cabine do motorista, permitindo sua operação por ambos os ocupantes da cabine.

3.3 O módulo deve possuir no máximo 22 (vinte e dois), e no mínimo 10 (dez) botões para acionamento das funções descritas, com teclado de alta resistência mecânica e sistema de visualização noturna com LED's posicionados sob os botões do equipamento. Deverá possuir luz de fundo na cor branca para função desativada e na cor vermelha para função ativada.

3.4 A intensidade das luzes deverá ser adequada às operações diurnas e noturnas.

3.5 O controlador deverá possuir no mínimo as seguintes funções:

- 3.5.1 Controle para três padrões de sinalização visual;
- 3.5.2 Controle para três tipos de sinalização para deslocamento de trânsito (esquerda, direita e centro);
- 3.5.3 Acionamento sequencial dos padrões de sirene contínuos através de um único botão;

3.5.4 Acionamento individual momentâneo dos padrões de sirene intermitentes (Manual, Horn);

3.5.5 Função “emergência” para acionamento simultâneo da sinalização visual e acústica através de uma única tecla;

3.5.6 Duas saídas digitais 12V para ligação de equipamentos auxiliares com acionamento através de botões dedicados;

3.5.7 Possibilidade de desligamento de todas as funções de sinalização visual e acústica através de uma única tecla.

3.6 Todas as teclas devem possuir “feedback” tátil para facilitar a operação, além de serem identificadas através de gravação em “silkscreen”, com tinta na cor preta adequada para adesão em silicone, e resistente à utilização policial.

3.7 O circuito eletrônico deverá gerenciar a corrente elétrica aplicada nos LEDs, através de PWM (pulse width modulator), a fim de garantir a vida útil dos LEDs e a eficiência luminosa do sinalizador, mesmo que o veículo esteja desligado ou em baixa rotação.

3.8 O sistema deverá ser imune a EMI (eletric magnetic interference) e RFI (radio frequency interference) ou qualquer outra forma de sinal que interfira na recepção dos transceptores.

3.9 O consumo máximo com todo o sistema luminoso acionado, não poderá exceder 7 A/h, na condição de alimentação nominal.

3.10 O consumo em stand by do sistema deverá ser inferior a 1 mA.

3.11 O sistema deverá possuir proteções contra inversão de polaridade, altas variações de tensão e transientes.

GRAFISMO E CONJUNTO DE ADESIVOS

1. GRAFISMO PARA VEÍCULOS

1.1 Viaturas serão adesivadas em vinil com o brasão da Guarda Municipal de Belém e nas cores azul marinho e amarelo ouro;

1.2 A inscrição “**GUARDA MUNICIPAL**” das portas laterais deverá ser adesivada em vinil refletivo branco;

1.3 Viaturas serão adesivadas em vinil com o **BRASÃO DA GUARDA MUNICIPAL DE BELÉM** nas cores azul marinho e amarelo ouro no capô e portas laterais e na traseira lado esquerdo;

1.4 no lado esquerdo o **símbolo do telefone com o número 153** e o layout da **Prefeitura Municipal de Belém**;

1.5 Os números das viaturas serão colocados no teto e lateral e vidro traseiro que serão fornecidos no ato da contratação;

1.6 Na parte dianteira(capô) e traseira (porta malas) terá uma **FAIXA QUADRICULADA** (Símbolo de Policiamento);

1.7 Eventuais dúvidas no posicionamento da adesivação das viaturas poderão ser sanadas no ato contratual na aplicação da plotagem.

1.8 Pequenos ajustes poderão ocorrer na adesivação das viaturas, à critério da CONTRATANTE.

2 - INSTALAÇÃO DE PELÍCULA de segurança (transparente/incolor) com controle solar, em todos os vidros do veículo, inclusive no pára-brisas. Instalação de películas fume nos vidros laterais e no vidro traseiro (vigia), conforme legislação. A película deve rejeitar 90% (noventa por cento) ou mais da radiação UV e observar a graduação máxima permitida pela Resolução 254/2007-CONTRAN. A aplicação de tais películas, proporcionado aos ocupantes do veículo proteção da radiação UV.

Disposições Gerais e Documentações:

1. Declaração de que o valor do frete estará incluso no valor do veículo;

2. As despesas com transportes, primeiro licenciamento junto ao **DETRAN/PA**, deslocamentos e entrega do veículo ficarão por conta da empresa vencedora do certame licitatório;

3. Os veículos deverão ser entregues devidamente licenciados e emplacados na UF que o veículo será entregue, sendo obrigatório o primeiro emplacamento no Estado do Pará dos veículos a serem adquiridos.

4. **Cada veículo deverá vir acompanhado de 01 (um) manual e 01 (um) catálogo de peças.**

6. Levantamento de Mercado e Análise das Soluções Possíveis

(Lei nº 14.133/2021, art. 18, §1º, inciso V)

Em atendimento ao disposto no art. 18, §1º, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, foi realizado levantamento de mercado com o objetivo de identificar as soluções disponíveis capazes de atender à necessidade da Administração, bem como avaliar a viabilidade técnica e econômica das alternativas existentes.

6.1 Levantamento de Mercado

O levantamento de mercado contemplou a análise de contratações similares realizadas por órgãos e entidades da Administração Pública, em especial aquelas vinculadas à área de segurança pública, bem como consultas a fornecedores atuantes no segmento de veículos adaptados para uso policial.

Verificou-se que há ampla oferta, no mercado nacional, de veículos do tipo SUV e sedan aptos a receber adaptações para uso policial, com especificações compatíveis com as necessidades operacionais da Guarda Municipal de Belém. Observou-se, ainda, a recorrência da adoção desse tipo de solução por órgãos federais, estaduais e municipais, o que demonstra a maturidade do mercado e a viabilidade da contratação pretendida.

As informações coletadas no levantamento subsidiaram a definição das especificações técnicas, a identificação de potenciais fornecedores e a compreensão das práticas de mercado aplicáveis ao objeto, servindo de base para a etapa subsequente de estimativa de preços, a ser realizada conforme os parâmetros estabelecidos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021.

6.2 Análise das Soluções Possíveis

No âmbito da análise das soluções, foram consideradas, em linhas gerais, duas alternativas principais para o atendimento da necessidade identificada:

a) Locação de veículos adaptados para uso policial; e

b) Aquisição de veículos adaptados para uso policial.

A alternativa de locação, embora praticada em determinados contextos da Administração Pública, mostrou-se inadequada ao presente caso, uma vez que a fonte de recursos vinculada à contratação decorre de Emenda Parlamentar nº 43450001/2025, cujo plano de trabalho aprovado prevê expressamente a aquisição e incorporação patrimonial dos bens. Ademais, a locação não asseguraria a disponibilidade permanente dos veículos ao longo de sua vida útil, nem se mostraria vantajosa sob a ótica do custo global, considerando o horizonte temporal de utilização típico das viaturas policiais.

Por sua vez, a alternativa de aquisição atende de forma mais adequada às necessidades institucionais, permitindo a incorporação dos veículos ao patrimônio público, o uso continuado sem limitação contratual de quilometragem e a diluição do custo ao longo da vida útil do bem. Essa solução, além de compatível com as diretrizes da emenda parlamentar, favorece a padronização da frota e o planejamento das manutenções preventivas e corretivas.

Diante do exposto, conclui-se que a aquisição de viaturas adaptadas para uso policial constitui a solução mais adequada, técnica e economicamente viável para o atendimento da necessidade da

Administração, não se vislumbrando, no presente contexto, alternativa mais vantajosa.

Emenda Parlamentar 202543450001 - Deputado Federal Delegado Caveira - aprovado no plano de trabalho:

- **Viaturas para uso policial tipo SUV, com cela**

ÓRGÃO	SOLUÇÃO	MODALIDADE	EMPRESA VENCEDORA	PREÇO UNITÁRIO
PREFEITURA DE SÃO JOSÉ PINHAIS/PR	Aquisição	CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 254/2025	EMPRESA: EQUIPAMENTOS E SERVIÇO LTDA, CNPJ:30.105.413/0001-00	R\$ 194.900,00
SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA/SP	Aquisição	ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SPTC-DA N.º 01/2025	EMPRESA: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA CNPJ: 59.275.792/0001-50	R\$ 137.000,00
POLICIA MILITAR DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO/ES	Aquisição	CONTRATO Nº 2025.000060.45103.01	EMPRESA: RENAULT DO BRASIL LTDA CNPJ:00.913.443/0001-73	R\$ 183.657,24
NÃO SE APLICA	Aquisição	Cotação direto com o fornecedor	Empresa DU NORT CNPJ: 08.893.457/0001-84	R\$ 166.546,15

- **Viaturas para uso policial tipo SEDAN, sem cela.**

ÓRGÃO	SOLUÇÃO	MODALIDADE	EMPRESA VENCEDORA	PREÇO UNITÁRIO
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS/MG	Aquisição	Cotação direto com o fornecedor	EMPRESA: TOYOTA DO BRASIL LTDA CNPJ:59.104.760/0001-91	R\$ 174.887,19
GOVERNO DO ESTADO DE RORÁIMA/RR	Aquisição	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90032/2024.	EMPRESA: FRONTEIRA EMPREENDIMENTOS CNPJ:22.407.661/0001-79	R\$ 110.000,00
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DE SÃO PAULO	Aquisição	ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2026	STELLANTIS AUTOMOVÉIS DO BRASIL LTDA CNPJ:16.701716/0019-85	R\$ 145.800,00

Considerando que se trata de uma demanda de uso comum e de natureza permanente pelos órgãos de Segurança Pública e Defesa Social, é possível identificar contratações provenientes de locação de veículos adaptadas para uso policial, quanto aquisição de veículos.

Por meio do levantamento de mercado, é possível perceber que vários órgãos adotaram essa

estratégia de contratação para a aquisição de veículos, sendo este último, com uma vasta disponibilidade no mercado, podendo ser observados por meio de sites especializados.

Para tanto, a contar da avaliação apresentada acima, pode-se identificar alguns fornecedores com potenciais possibilidades de fornecimento dos bens.

A estimativa de custo apresentada neste ETP, é referencial e deverá ter como base a pesquisa de mercado final. A estimativa de custo para a aquisição do objeto será realizada após análise, e se necessário, com nova e ampla consulta/pesquisa no mercado do valor dos itens a serem licitados, devendo obrigatoriamente ser elaborada, com base na IN 65/2021, a fim de permitir a posterior indicação dos recursos orçamentários em dotação correta para as aquisições decorrentes da contratação.

7. Estimativa do Valor da Contratação (Lei nº 14.133/2021, art. 18, §1º, inciso VI)

A estimativa do valor da contratação será realizada com base em pesquisa de preços elaborada em conformidade com os parâmetros estabelecidos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, ou outra que venha a substituí-la, observando-se, ainda, a regulamentação vigente no âmbito da Administração Municipal.

A pesquisa de preços terá por objetivo identificar o valor de referência compatível com os praticados no mercado para objetos de mesma natureza, características e especificações técnicas, de modo a subsidiar a definição do orçamento estimado e a adequada alocação dos recursos orçamentários.

7.1 Metodologia de Pesquisa de Preços

A pesquisa de preços deverá ser realizada, preferencialmente, por meio da combinação de diferentes fontes admitidas pela IN SEGES/ME nº 65/2021, tais como:

- contratações similares realizadas por outros órgãos e entidades da Administração Pública, devidamente registradas em sistemas oficiais ou processos administrativos;
- atas de registro de preços vigentes;
- painéis oficiais de preços mantidos por órgãos governamentais;
- cotações formais junto a fornecedores do ramo, quando necessário.

Os preços coletados serão analisados de forma crítica, com exclusão de valores manifestamente inexequíveis ou excessivamente elevados, considerados como outliers, mediante justificativa técnica devidamente registrada nos autos.

Para a definição do valor estimado da contratação, será adotada metodologia compatível com o conjunto de dados obtido, podendo ser utilizada a média aritmética, a mediana ou outro critério estatístico adequado, desde que devidamente justificado e em observância ao princípio da economicidade.

7.2 Compatibilidade com a Fonte de Recursos

A estimativa de valor deverá observar os limites financeiros estabelecidos no plano de trabalho aprovado no âmbito da Emenda Parlamentar nº 43450001/2025, assegurando a compatibilidade entre o valor de referência da contratação e os recursos efetivamente disponíveis.

Eventuais ajustes decorrentes da pesquisa de mercado deverão ser formalmente justificados, de modo a garantir que a contratação não extrapole os limites orçamentários fixados, nem comprometa a execução do objeto.

7.3 Natureza Referencial da Estimativa

Ressalta-se que o valor estimado possui natureza meramente referencial, destinando-se a orientar a Administração quanto à viabilidade econômica da contratação e à reserva dos recursos necessários, não constituindo compromisso de contratação pelo valor apurado.

A definição final do valor de referência e da dotação orçamentária específica será consolidada na fase de elaboração do Termo de Referência, com base na pesquisa de preços definitiva e nos documentos que instruirão o processo licitatório.

8. Descrição da solução como um todo (Lei 14.133/2021, Art. 18, § 1º, VII)

Lei nº 14.133/2021, art. 18, §1º, inciso VII)

A solução definida para atendimento da necessidade da Administração consiste na **aquisição de viaturas novas, zero quilômetro, devidamente adaptadas para uso policial**, compreendendo veículos do tipo utilitário esportivo (SUV) e sedan, com os equipamentos e adequações necessários à execução das atividades operacionais da Guarda Municipal de Belém.

As viaturas serão fornecidas prontas para uso, contemplando adaptações específicas para policiamento ostensivo e preventivo, tais como sinalização acústica e visual, grafismo institucional e, quando aplicável, compartimento para transporte de pessoas custodiadas, observadas as normas de segurança, trânsito e ambientais vigentes.

A solução proposta está alinhada às características do serviço a ser executado, à realidade operacional da instituição e às práticas consolidadas no âmbito dos órgãos de segurança pública, permitindo maior mobilidade, redução do tempo de resposta às ocorrências e ampliação da presença institucional em áreas estratégicas do Município.

Do ponto de vista econômico, a aquisição mostra-se adequada por possibilitar a incorporação dos bens ao patrimônio público, o uso continuado ao longo de sua vida útil e a diluição dos custos ao longo do tempo, além de ser compatível com a fonte de recursos vinculada à Emenda Parlamentar nº 43450001/2025 de autoria do Deputado Federal-Delegado Caveira.

A solução, tal como delineada, apresenta aderência às especificações técnicas definidas, às condições de mercado identificadas no levantamento realizado e ao valor estimado da contratação, assegurando a viabilidade técnica, econômica e operacional do objeto, sem impor restrições indevidas à competitividade ou riscos à execução contratual. (Descrição completa no item 5.)

A contratação será realizada por meio de **Pregão Eletrônico**, nos termos do art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de **aquisição de bem comum**, cujas especificações podem ser objetivamente definidas no Termo de Referência, permitindo julgamento pelo critério de menor preço.

A opção pelo Pregão Eletrônico mostra-se a mais adequada ao objeto, assegurando maior competitividade, transparência, economicidade e celeridade ao procedimento, atendendo ao interesse público e às necessidades operacionais da Guarda Municipal de Belém.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução (Lei 14.133/2021, Art. 18, § 1º, VIII)

Nos termos do art. 18, §1º, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, procedeu-se à análise quanto à viabilidade de parcelamento do objeto, considerando sua natureza, divisibilidade, impacto na execução contratual e os ganhos potenciais à competitividade.

O objeto da presente contratação é tecnicamente divisível, uma vez que compreende a aquisição de viaturas de categorias distintas (SUV e sedan), razão pela qual a licitação deverá ser estruturada **por itens**, de modo a ampliar a competitividade e permitir a participação de fornecedores que atendam a cada especificação individualmente.

Entretanto, no que se refere à aplicação do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, especialmente quanto à reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte, verificou-se que tal medida **não se mostra vantajosa nem adequada ao caso concreto**, nos termos do art. 49, incisos II e III, da referida Lei Complementar.

A reserva de cotas poderia comprometer a padronização da frota, elemento essencial para a atuação operacional da Guarda Municipal de Belém, bem como aumentar os riscos à execução contratual, considerando a necessidade de fornecimento de veículos com especificações técnicas rigorosas, adaptações específicas para uso policial e compatibilidade com a execução da Emenda Parlamentar nº 43450001/2025.

Além disso, a divisão em cotas reservadas poderia resultar na formalização de contratos com fornecedores distintos para bens de mesma natureza, com potencial impacto negativo sobre a identidade operacional, o planejamento da manutenção e o controle da execução contratual. Soma-se a isso o risco de frustração do certame ou de execução parcial do objeto, especialmente diante de eventuais limitações econômico-financeiras, logísticas ou estruturais de empresas de menor porte, circunstância que poderia comprometer o cumprimento dos prazos e a adequada aplicação dos recursos vinculados à emenda parlamentar.

Ressalta-se, ainda, que os valores destinados à contratação possuem limites previamente estabelecidos no plano de trabalho aprovado, o que reduz a margem para variações significativas de preços entre itens ou fornecedores distintos, podendo inviabilizar a contratação caso os preços resultantes da divisão em cotas não se mostrem compatíveis com os recursos disponíveis.

Diante do exposto, conclui-se que a contratação deverá ser realizada por itens, **sem aplicação de cotas reservadas para microempresas e empresas de pequeno porte**, por não se revelar técnica ou economicamente vantajosa, nem compatível com o interesse público no caso concreto, restando devidamente justificada a excepcionalidade prevista na legislação.

10. Demonstrativo dos Resultados Pretendidos

(Lei nº 14.133/2021, art. 18, §1º, inciso IX)

Com a contratação pretendida, a Administração almeja alcançar resultados que contribuam diretamente para o fortalecimento da capacidade operacional da Guarda Municipal de Belém e para a melhoria da prestação do serviço público de segurança preventiva no âmbito municipal.

Espera-se, como resultados principais, a ampliação da disponibilidade de viaturas operacionais, a redução da indisponibilidade decorrente de manutenções corretivas e a melhoria das condições de trabalho dos agentes, por meio da utilização de veículos novos, adequados e compatíveis com as exigências do serviço policial.

A renovação parcial da frota permitirá maior eficiência no patrulhamento ostensivo, com redução do tempo de resposta às ocorrências, aumento da presença institucional em áreas estratégicas e maior previsibilidade no planejamento das operações, contribuindo para a sensação de segurança da população e para a prevenção de ilícitos.

Do ponto de vista administrativo, a contratação tende a gerar redução de custos indiretos relacionados à manutenção de veículos antigos, maior controle sobre a frota e melhor gestão dos recursos públicos, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público.

Adicionalmente, os resultados pretendidos estão alinhados às diretrizes estabelecidas no plano de trabalho da Emenda Parlamentar nº 43450001/2025, assegurando que os recursos vinculados sejam aplicados de forma finalística, planejada e orientada a resultados, reforçando a efetividade da política pública apoiada pela referida emenda.

11. Providências a serem adotadas previamente à celebração do contrato (Lei 14.133/2021, Art. 18, § 1º, X) (Lei nº 14.133/2021, art. 18, §1º, inciso X)

Para a adequada execução da contratação pretendida, a Administração deverá adotar previamente um conjunto de providências administrativas, técnicas e operacionais, com vistas a assegurar a regularidade do certame, a eficiência da execução contratual e o alcance dos resultados pretendidos.

Inicialmente, deverão ser concluídas as etapas de planejamento da contratação, compreendendo a consolidação do Estudo Técnico Preliminar, a elaboração e aprovação do Termo de Referência, a definição da dotação orçamentária específica e a formalização da autorização da autoridade competente.

No âmbito da fase externa, caberá à Administração promover a adequada instrução do processo licitatório, incluindo a definição da modalidade e do critério de julgamento, a publicação do edital e a observância dos prazos e procedimentos previstos na legislação vigente.

Após a conclusão do certame, deverão ser adotadas providências voltadas à gestão e fiscalização do contrato, com a designação formal de gestor e fiscais, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, bem como a definição de rotinas de acompanhamento do fornecimento, recebimento definitivo dos veículos e verificação da conformidade das adaptações realizadas.

A Administração deverá, ainda, assegurar a preparação da infraestrutura necessária para a incorporação das viaturas à frota institucional, incluindo procedimentos de emplacamento, identificação patrimonial, registro nos sistemas de controle, capacitação dos servidores envolvidos na operação e manutenção dos veículos, quando aplicável.

Por fim, deverão ser observadas as providências relativas à prestação de contas dos recursos vinculados à Emenda Parlamentar nº 43450001/2025, garantindo-se a adequada comprovação da execução do objeto e a conformidade com o plano de trabalho aprovado, em atendimento às exigências legais e aos princípios da transparência e da accountability.

12. Contratações Correlatas ou Interdependentes (Lei nº 14.133/2021, art. 18, §1º, inciso XI)

Após análise do objeto e do contexto da contratação, verificou-se que não há contratações correlatas ou interdependentes que devam ser realizadas de forma concomitante ou previamente à presente contratação para garantir sua viabilidade.

A aquisição das viaturas adaptadas para uso policial possui autonomia operacional e pode ser executada de forma independente, não estando condicionada à celebração de outros contratos para sua plena utilização. As adaptações necessárias ao uso policial encontram-se abrangidas no próprio objeto da contratação, não demandando ajustes posteriores ou contratações complementares.

Eventuais serviços futuros de manutenção preventiva e corretiva da frota constituem atividades rotineiras da Administração e, quando necessários, serão realizados por meio de contratos próprios, já existentes ou a serem celebrados oportunamente, não caracterizando interdependência com o objeto ora analisado.

Dessa forma, resta demonstrado que a contratação pretendida não depende de outras contratações correlatas ou interdependentes para o atingimento dos resultados esperados.

13. Descrição dos Possíveis Impactos Ambientais e das Medidas Mitigadoras (Lei nº 14.133/2021, art. 18, §1º, inciso XII)

A contratação em análise possui impactos ambientais reduzidos, considerando que se refere à aquisição de quantidade limitada de veículos automotores novos, destinados à substituição parcial de viaturas antigas e com maior nível de desgaste.

A utilização de veículos novos tende a contribuir positivamente para a redução de impactos ambientais, na medida em que tais bens atendem às normas ambientais e de emissões vigentes, apresentam maior eficiência energética e menor índice de falhas mecânicas quando comparados a veículos mais antigos.

Como medidas mitigadoras, a Administração deverá priorizar, na definição das especificações técnicas e na execução contratual, a observância às normas ambientais aplicáveis, incluindo exigências relativas à emissão de poluentes, ao correto descarte de resíduos decorrentes de manutenção e à destinação ambientalmente adequada de peças e materiais substituídos.

Adicionalmente, práticas administrativas voltadas à manutenção preventiva da frota e ao uso racional dos veículos contribuirão para a ampliação da vida útil dos bens e para a mitigação de impactos ambientais indiretos, em consonância com os princípios do desenvolvimento sustentável e da eficiência administrativa.

Conclusão do Estudo Técnico Preliminar


Com base nas análises desenvolvidas ao longo do presente Estudo Técnico Preliminar, restou demonstrada a necessidade, a viabilidade técnica, a adequação econômica e a conformidade legal da contratação pretendida, que tem por objeto a aquisição de viaturas novas, zero quilômetro, devidamente adaptadas para uso policial, destinadas ao atendimento das demandas operacionais da Guarda Municipal de Belém.

O estudo evidenciou que a solução escolhida é compatível com as necessidades institucionais, encontra respaldo no planejamento da Administração, está prevista no Plano de Contratações Anual e mostra-se alinhada às diretrizes estabelecidas no plano de trabalho da Emenda Parlamentar nº 43450001/2025.

Foram observados os requisitos estabelecidos no art. 18 da Lei nº 14.133/2021, com a devida análise do mercado, avaliação das soluções possíveis, definição justificada do quantitativo, estimativa do valor da contratação, exame do parcelamento do objeto, identificação dos resultados pretendidos, das providências administrativas necessárias, bem como dos possíveis impactos ambientais.

Diante do exposto, conclui-se que a contratação é tecnicamente adequada, economicamente vantajosa e juridicamente regular, recomendando-se o prosseguimento do processo para a fase de elaboração do Termo de Referência e, posteriormente, para a instauração do procedimento licitatório, observados os demais requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

Belém, 16 de janeiro de 2026.

Documento assinado digitalmente
 JOSEVALTER DO COUTO RIBEIRO JUNIOR
Data: 15/04/2026 15:20:19-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

José **Valter** do Couto Ribeiro **Junior**
Equipe de Planejamento da Contratação/GMB
Portaria nº 0579/2025 de 20/10/2025

Aprovo o Estudo Técnico Preliminar

ESAÚ DA CUNHA ARAÚJO
Inspetor Geral da Guarda Municipal de Belém
Decreto nº 113.742 – PMB, de 25 de junho de 2025